

Das Conjuras.

Análise de um Capítulo de Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio

António Bento*

Resumo

De entre os vários actos políticos decisivos, a conjura é não apenas aquele que encerra os maiores perigos, mas também aquele que confronta os seus praticantes com uma imprevisibilidade quase total. Há que contar com toda a sorte de perigos durante a fase de planeamento da conjura, durante a execução da conjura e após a execução da conjura. O próprio segredo exigido para o sucesso da conjura é uma condição necessária, mas ainda assim não suficiente. O presente estudo analisa a prática da conjura política tal como Maquiavel a apresenta e descreve – nos seus limites e nas suas aporias – no conjunto da sua obra e, em particular, no capítulo 6 do livro III de *Discorsi Sopra la Prima Deca di Tito Lívio*.

Palavras-chave: Maquiavel, Discorsi, conjura, segredo

* Professor Auxiliar do Instituto de Filosofia Prática da Universidade da Beira Interior

Among the many defining political acts, the conspiracy is not just that comprising the greatest dangers, but also the one that confronts its practitioners with an almost total unpredictability. One must expect all sorts of hazards during the planning phase of the conspiracy, during the execution of the plot and after the execution of the plot. The success of the conspiracy requires secrecy, although this condition is not enough. This study analyzes the practice of political conspiracy as Machiavelli introduces and describes it – in its boundaries and aporias – in the whole of his work and particularly in Chapter 6 of Book III of *Discorsi Sopra la Prima Deca di Tito Livio*.

Keywords: Machiavelli, *Discorsi*, conspiracy, secret

«Bem vindos ao terceiro milénio. A redefinição da paranóia proposta pelo romancista norte-americano Thomas Pynchon nunca pareceu mais certa – a paranóia entendida como a descoberta, que enlouquece mas que é absolutamente lúcida, do facto de o nosso tempo estar cheio de sentidos secretos, do facto de esses sentidos secretos serem assombrosos, imorais e sórdidos, muito para além do ponto a que nos poderá levar a imaginação mais destemperada, e do facto de a superfície das coisas ser um engano, um expediente destinado a ocultar a verdade atroz a esses imbecis normalmente enganados, que somos nós, pois continuamos a acreditar que as coisas – não vêis? – talvez possam estar realmente a tornar-se melhores. (...) O paranóico tem uma alternativa mais sábia. Se só agora se estão a descobrir os crimes do passado, responderá ele, quanto tempo teremos de esperar para conhecer os do presente? Não serão os inocentes culpados, cuja culpa pura e simplesmente ainda não foi descoberta? A análise pynchoniana deixa pouca margem de escolha aos verdadeiros paranóicos: tornarem-se investigadores obsessivos dos sentidos ocultos que governam o mundo; reconhecerem-se impotentes e caírem num sortido banal de divagações fúteis, confusas e entrópicas; ou cederem à explosão de raiva cujo desígnio é justamente fazer explodir tudo».

Salman Rushdie, *O Regresso do Sórdido*

No célebre capítulo 6 do livro III de *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (Machiavelli, 2011a: 206-218), Maquiavel, como se sabe, trata das *conjuras*. Nele se perfila uma autêntica *tipologia* e, por assim dizer, uma minuciosa *anatomia* das conjuras, que Maquiavel dissecou com um escrúpulo médico e uma frieza clínica.

O modo irónico como Maquiavel se dirige aos seus leitores, invocando a «máxima de ouro de Cornélio Tácito» (Machiavelli, 2011a: 206), segundo a qual os homens devem aceitar e tolerar os seus príncipes *tal como estes são* e não *tal como eles poderiam ou deveriam ser*, é significativo a mais do que um título, pois sugere, em primeiro lugar, que foi a própria história que entretanto se encarregou de demonstrar a não aplicabilidade de uma tal regra, tal como o próprio Maquiavel, aliás, discreta, mas abundantemente, mostrará ao discorrer sobre o tema.

Sem eliminar completamente a ambiguidade no que toca à posição que ele próprio toma sobre o problema que apresenta aos leitores, o assunto de que Maquiavel se ocupa está longe de se esgotar numa cómoda e linear equivalência entre *conjura* e *tiranicídio*, apesar de o modo como ele apresenta o problema remeter para uma tradição antitirânica conhecida dos jovens aristocratas que frequentavam os jardins Oricellari em Florença¹. É isso que permite a um autor como Leo Strauss afirmar simultaneamente que «o capítulo sobre conspirações, de longe o mais extenso da obra, pode ser descrito como um *manual de tiranicídio*. (...) Mas, Maquiavel discute o falhanço das conspirações de modo a mostrar como é que elas poderiam ter sido bem sucedidas» (Strauss, 1958: 27. Itálico nosso).

Uma tal observação levanta desde logo uma questão prévia que, por ora, nos limitaremos a aflorar: a de saber se o pequeno tratado de Maquiavel sobre as conjuras pode ser incluído, de um modo ou de outro, no que se convencionou chamar a tratadística da *razão de Estado*. A esta questão julgamos poder responder afirmativamente, pois o tipo de *prudência política* que simultaneamente *previne* e *reprime* a conjura consiste numa série de dispositivos técnicos capaz de assegurar a *conservação* do governo e do Estado. Num tal *paradigma de conservação* do Estado, o qual resulta de uma escrupulosa antecipação e prevenção das conjuras, o príncipe é aconselhado a manter-se atento a toda a informação que chega aos seus ouvidos, a utilizar todo o tipo de segredos e de dissimulações, a não se fiar na amizade dos que lhe são mais próximos, a enfraquecer o poder dos grandes encurtando-lhes o tempo de ação, e, sobretudo, a intervir com a força necessária e em tempo oportuno de modo a esmagar, a erradicar e a estancar qualquer possibilidade de conjura no seu próprio começo (Borrelli, 1996: 86-87).

1. Maquiavel foi um assíduo frequentador das tertúlias havidas nos jardins Oricellari, propriedade de Cosimo Rucellai. Nessas conversas com jovens aristocratas de Florença discutiam-se amiúde os conteúdos dos chamados *espelhos de príncipes*, tratados políticos dedicados à formação de quem era chamado a governar, obras que proliferaram um pouco por toda a Europa desde a Baixa Idade Média até ao último quartel do século XVII. É nos *espelhos de príncipes* que mais fortemente se tematiza e disputa a distinção cristã entre o *rei* justo e o *tirano*, a qual culmina na *doutrina medieval do tiranicídio*. E foi justamente num *espelho de príncipes*, a saber, em *Policraticus* (1159), que João de Salisbúria formulou, pela primeira vez, os princípios que fundamentam a licitude do assassinato do tirano: «*Tyrannum licet adulari, tyrannum licet decipere, tyrannum licet occidere*». A este respeito, é justo acrescentar que é daquela distinção que nasce quer a instituição moderna do *conselho de Estado*, quer a figura política central que está no seu núcleo: o *conselheiro político*.

Dir-se-ia que ele deve matar a serpente quando esta se encontra ainda no ovo. O príncipe ou a república devem, por isso, ser capazes de adivinhar o que Maquiavel chama a *qualidade* de uma conjura e, uma vez esta descoberta e, por assim dizer, destilada, não a revelar antes de reunir as forças suficientes e os meios eficazes para a destruir, *pois* – considera Maquiavel – «os conjurados, vendo-se descobertos, impedidos pela *necessidade*, agem sem temor»².

Por conseguinte, na medida em que a finalidade da conjura é sempre um *acquistare lo stato* com vista a uma *mutazione dello stato*, o ensinamento de Maquiavel pode muito bem ser visto sob a perspetiva de como *conservar* o Estado (*mantenere lo stato* e *se mantenere nel suo stato*). Contudo, *ex-negativo* e *a contrario*, isto é, mediante a exposição e a análise de casos de conjura bem sucedidos, Maquiavel mostra também até que ponto o seu ensino pode ser interpretado como dúplice e de que modo pode uma conjura eliminar um príncipe ou substituir a forma de uma república. É, por conseguinte, o mesmo Maquiavel que, ao condenar a cupidez de poder e a cegueira que se apoderam dos conjurados, os iliba quando afirma que «se soubessem cometer essa maldade com prudência, *seria impossível falhar*» (itálico nosso)³.

Com efeito, no primeiro parágrafo do capítulo VI do livro terceiro dos *Discorsi*, o capítulo mais extenso de todos quantos figuram numa obra redigida entre 1516 e 1519, capítulo este que, no entender de vários comentadores, circulou sob a forma de manuscrito antes da primeira edição da obra em 1531, tendo ele sido, aliás, dado à estampa em Paris em 1575 juntamente com uma *Histoire de la conjuration de Catiline* de Salústio sob o exórdio: «fort bonne instruction autant pour les princes que pour les sujets» (Guarini, 1996: 12)⁴, Maquiavel trata, em primeiro lugar, de chamar a atenção, quer dos príncipes, quer dos homens *privados*, para o extremo perigo das conjuras, pelo que se propõe passar em revista os casos históricos mais notáveis de conspirações, para *ensinamento* e proveito de uns e de outros⁵.

-
2. «Perché i congiurate, veggendosi scoperti, cacciati da necessità, operano sanza rispetto» Cf. Machiavelli (2011a: 217).
 3. «Perché, se ei sapessono fare questa cattività con prudenza, sarebe impossibile non riuscisse loro». Cf. Machiavelli (2011a: 208).
 4. De acordo com Guarini (1996), o Archivio di Stato di Firenze conservará ainda hoje cópias do manuscrito originário que constitui o cap. VI do livro terceiro dos *Discorsi*.
 5. Cf. Machiavelli (2011a: 206).

Entende Maquiavel que se a «capacidade de travar uma guerra aberta contra um príncipe é concedida a poucos», já a possibilidade de conjurar contra ele pertence potencialmente a todos, de modo que, qualquer um, movido pelo desejo de vingar «injúrias contra o património, a honra e o sangue», pode vir a ser, se conjurado com outros, o agente e o executor da conspiração. Maquiavel não se cansa de sublinhar o carácter extraordinariamente perigoso e temerário da conjura, avisando *ab initio* os seus leitores de que foram muito poucos os casos na história em que as conjurações atingiram o fim desejado. É, pois, como se Maquiavel quisesse comunicar ao leitor que a conjura, na sua qualidade de forma extrema de combate político, quase sempre possui um valor negativo, mergulhando amiúde a vida política numa esterilidade sem fim⁶.

Não é, aliás, por um acaso que a conjura aparece na linguagem dos juristas dos séculos XIV, XV, XVI e XVII sob a categoria do *crimen lesae majestatis*⁷. Contudo, se Maquiavel está perfeitamente consciente da inoportunidade das conjuras, sabe também, porventura como nenhum outro autor do seu tempo, que elas resultam de uma ponderação e de um cálculo políticos que as tornam, de um modo ou de outro, não

6. A despeito do *historicismo* e do *revisionismo* que rodeiam o problema, um dos argumentos que hoje é costume apresentar para se repudiar o conceito de *golpe de Estado* de Curzio Malaparte, *analogon*, até um certo ponto, do conceito maquiaveliano de *conjura*, consiste em afirmar que os *golpes de Estado* que atualmente triunfam não resolvem politicamente – e, por maioria de razão, economicamente – nada, de tal modo a sua prática estaria dominada por uma espécie de *inutilidade técnica*. Parece-nos evidente a aproximação entre os conceitos de *esterilidade da conjura* e de *inutilidade técnica* do *golpe de Estado* concebido à maneira da célebre obra de Curzio Malaparte (*Técnica do Golpe de Estado*, 1931). É bem verdade que os *golpes de Estado* concebidos como um problema de pura técnica já não possuem hoje nenhuma vocação revolucionária. Contudo, talvez seja apenas a pergunta que está mal formulada: talvez devamos antes perguntar pela natureza da estrutura política que substitui hoje aquilo a que até há não há muito tempo dávamos apropriada e conscientemente o nome de *Estado*. Veja-se, a este respeito, Alvarez (2007).
7. Ao referir-se aos que ele chama *criminosos de lesa-majestade*, uma categoria que inclui, em primeiríssimo lugar, todo o tipo de conjura ou de conspiração contra o Estado ou contra o príncipe que o encabeça, Gabriel Naudé, sem dúvida o mais original dos discípulos franceses de Maquiavel, aconselha a sua execução pronta e rápida: «Limitar ou arruinar o excessivo poder daquele que dele quer abusar em prejuízo do Estado, ou daquele que pelo grande número dos seus partidários, e pela cabala dos seus aliados, se tornou temível para o soberano. (...) Que se persigam com a punição os outros crimes, quando estes forem cometidos, mas para este [crime de lesa-majestade], se o não prevenirdes antes da sua nascença, quando ele acontecer será em vão que procurareis remediá-lo com a justiça, como muito bem observou Catão ao discorrer sobre a conjuração de Catilina em Salústio» (Naudé, 2004: 138, 140).

apenas inevitáveis, mas relativamente imprevisíveis e até aleatórias⁸. Assim, ao mesmo tempo que sublinha que o príncipe deve guardar-se de cometer ofensas contra o *património* e a *honra*, porque, avisa Maquiavel – «ele nunca poderá espoliar alguém a tal ponto que não lhe reste uma faca para se vingar; nunca poderá desonrar tanto alguém que não lhe reste a obstinação de se vingar»⁹ –, afirma igualmente que a coragem e a oportunidade necessárias para se levar a cabo uma conjura faltam naturalmente não apenas aos *homens fracos*, mas também aos *homens grandes ou familiares ao príncipe*¹⁰, precisamente aquele tipo raríssimo de homens que a história consagrou como conspiradores bem sucedidos.

No segundo parágrafo do capítulo em análise, Maquiavel introduz a distinção entre *conjuras contra a pátria* e *conjuras contra um príncipe*, que apenas retomará no final do capítulo, para comunicar ao leitor que «as repúblicas são mais lentas que um príncipe»¹¹ e que é mais difícil e que são maiores os perigos que se correm quando se conjura contra muitos do que quando se conjura contra um. Não obstante, Maquiavel entende que «as conjuras contra a pátria são menos perigosas para quem as trama do que as conjuras contra os príncipes, porque, enquanto estão sendo tramadas, os perigos são menores do que naquelas; na execução, os perigos são os mesmos; depois da execução, não há perigo algum»¹².

Após esta distinção, que atravessando embora todo o capítulo VI do terceiro livro dos *Discorsi* aparenta possuir um propósito mais formal e analítico do que propriamente substantivo, Maquiavel introduz as motivações ou as razões pelas quais alguém concebe e prepara uma conjura. Neste ponto, Maquiavel repete e desenvolve aquilo que já deixara explícito no capítulo XIX de *O Príncipe*, a saber, que um príncipe deve procurar «não exasperar os grandes e satisfazer o povo e tê-lo

8. Sobre a relação entre o tiranicídio antigo e as conjuras renascentistas, veja-se Burckhardt (1983: 52-55).

9. «Perché e' non può mai spogliare uno, tanto, che non gli rimanga uno coltello da vendicarsi; non può mai tanto disonorare uno, che non gli resti uno animo ostinato alla vendetta». Cf. Machiavelli (2011a: 207).

10. Cf. Machiavelli (2011a: 206).

11. Cf. Machiavelli (2011a: 216).

12. «Le congiure che si fanno contro alla patria sono meno pericolose, per coloro che le fanno, che non sono quelle contro ai principi: perché nel maneggiarle vi sono meno pericoli che in quelle; nello eseguirle vi sono quelli medesimi, dopo la esecuzione non ve ne è alcuno». Cf. Machiavelli (2011a: 215).

contente»: «Mas em relação aos súbditos, quando as coisas de fora não se movem, há que temer não conjurem eles *secretamente*, coisa de que o príncipe se acautela o bastante fugindo a ser odiado ou desprezado e mantendo o povo satisfeito com ele... (...) E um dos mais potentes remédios que tem um príncipe contras as conjuras é não ser odiado pela maior parte [*universale*], porque quem conjura crê sempre satisfazer o povo com a morte do príncipe, mas quando creia ofendê-lo não ganha ânimo para tomar semelhante decisão. Com efeito, as dificuldades que existem da parte dos conjurados são infinitas, e vê-se pela experiência que houve muitas conjuras mas poucas tiveram bom fim. Porque *quem conjura não pode estar só*, e não pode fazer-se acompanhar senão por aqueles que creia estarem descontentes; e, mal tu descubres o teu ânimo a um descontente, dás-lhe matéria para se contentar, porque *denunciando-te* ele pode esperar retirar daí toda a vantagem; de tal maneira que vendo o ganho seguro deste lado e vendo-o do outro duvidoso e cheio de perigos, tem realmente de ser um amigo excecional, ou um inimigo totalmente obstinado do príncipe, para te *observar a palavra dada*. E para resumir a coisa em breves termos, digo que da parte do conjurado não existe senão medo, apreensão e suspeita da pena que o apavora; mas da parte do príncipe existem a majestade do principado, as leis, as defesas dos amigos e do estado que o defendem. De tal modo que, juntando a todas estas coisas a benevolência popular, é impossível que alguém seja tão temerário que conjure, pois enquanto um conjurado, de ordinário, tem de temer antes da execução do mal, neste caso deve temer também depois, tendo o povo, ocorrido o delito, por inimigo e não podendo por isso esperar refúgio algum» (Maquiavel, 2008: 200-201)¹³.

No terceiro parágrafo do capítulo VI do livro terceiro dos *Discorsi*, Maquiavel faz uma distinção, a todos os títulos fundamental, qual seja a de ponderar e dividir o perigo a que as conjuras se expõem consoante os conjurados se encontram na fase do *engendramento e planeamento* da conjura, *durante a execução*, propriamente dita, da conjura, ou *após a execução* da conjura. Esta distinção é fundamental, pois no entender de Maquiavel a conjura, para ser efetivamente conjura, isto

13. Itálicos nossos. Sobre este aspeto, e diferentemente de muitos outras facetas do ensinamento de Maquiavel, há que sublinhar que o secretário florentino retoma diretamente de Aristóteles (1998: 1312a) alguns dos principais motivos da conjura: a vingança contra um ultraje recebido, o ressentimento contra maus-tratos, o medo, o desprezo, a ambição vulgar e o desejo de glória.

é, para ser um juramento¹⁴ feito entre poucos contra um terceiro que os conjurados almejam prejudicar ou matar, deve ser feita entre mais do que um homem, mas, de preferência, entre muito poucos homens: «Quem conjura, ou é um só, ou são vários. Se é um só, não se pode dizer que seja conjura, mas uma firme disposição, nascida num homem, de matar o príncipe. (...) Mas deixemos de lado estas vontades de um só e venhamos às conjuras entre vários»¹⁵.

No quarto parágrafo do capítulo que estamos a analisar, Maquiavel introduz na questão da *conjura* o elemento fundamental da partilha e da manutenção do *segredo* até ao momento da sua execução, condição necessária, mas ainda assim não suficiente, para o sucesso da conjura. A conjura, recordemo-lo, deve ser posta em prática por um número tão pequeno quanto possível de conjurados, o qual se deve mostrar capaz de dominar as polimorfias técnicas da prudência e, condição decisiva, capaz de agir em absoluto segredo e sob a mais inquebrantável das discrições. Conjurar significa, afinal, *jurar em conjunto* – e *quem viola um juramento, viola a confiança*. Por conseguinte, a conjura é sempre tramada no máximo sigilo e exige ser executada com ânimo e resolução. Daí que possamos afirmar que na conceção da *conjura* de Nicolau Maquiavel impera uma matriz da ação induzida e regulada por um cálculo político paranoico. Maquiavel pode assim ironicamente sustentar que nos raros casos em que um *privado* sozinho decide atentar contra a vida do soberano aquele não corre o perigo de os seus desígnios chegarem aos ouvidos do príncipe, já que ele, e só ele – e rigorosamente mais ninguém –, conhece e executa o plano.

14. Paolo Prodi descreve e analisa, como mais nenhum autor depois dele o fez, o conceito teológico-político de «juramento» e o modo como este instituto jurídico vai progressivamente mudando da Idade Média tardia até à constituição do *Estado soberano* moderno e deste até à contestação do juramento pelo que ele chama o *cristianismo radical*. No que diz respeito ao estatuto do *juramento* no pensamento de Maquiavel, o juízo de Prodi (1992: 234-236) é tão significativo quanto lapidar: «Ocorre uma mutação de consciência que sobrevém com o influxo do humanismo entre os séculos XIV e XV: ela pode ser observada a olho nu em Nicolau Maquiavel, mas repercute-se, não apenas na reflexão política, mas também na praxis do juramento. (...) O silêncio de *O Príncipe* a propósito do juramento parece-me que se transforma – em conexão com estas reflexões – quase num alarido: o novo poder não sabe o que fazer nem pode ter nada em comum com a religião do juramento».

15. «Quegli che congiurano, o ei sono uno, o ei sono più. Uno, non se può dire che sia congiura, ma è una ferma disposizione nata in uno uomo di ammazzare il principe. (...) Ma lasciamo andare queste uniche volontà, e veniamo alle congiure intra i più». Cf. Machiavelli (2011a: 207).

Levanta-se, portanto, aqui o problema de saber qual o *número ideal de conjurados*, se assim se pode dizer, sempre que estes pretendem ser bem sucedidos na sua temerária empresa. A este respeito, Maquiavel estabelece uma previsível mas curiosa equação, a saber, que quanto maior o número de conjurados maior a probabilidade de uma delação por parte de um deles, o qual, por medo ou imprudência, deitará forçosamente tudo a perder. Esta tese, que a razão e a experiência tendem a acolher como veraz e sensata, é, no entanto, por duas vezes formulada por Maquiavel de um modo um tanto ou quanto ambíguo e mesmo aporético: 1) «quando o número dos conjurados se alarga para duas *ou* três pessoas, encontra-se sempre um delator que deita tudo a perder»; 2) «É impossível evitar que se descubra uma conjura, sempre que, por malícia, por imprudência ou por ligeireza, o número dos que a conhecem for maior que três *ou* quatro»¹⁶.

A respeito da fragilidade e da volatilidade do segredo, é aqui caso para que se recordem as célebres palavras de Benjamin Franklin pronunciadas meio século antes da Revolução Americana: «Três homens podem guardar um segredo se dois deles estiverem mortos» (Bok, 1986: 108). Se evoco neste momento esta sentença de Benjamin Franklin é porque ela mostra de maneira lacónica os limites a que se encontra sujeita a *promessa de sigilo* ou a extrema dificuldade de observação do *juramento do segredo* por parte dos conspiradores. Assim, de acordo, talvez, com uma variante histórica daquela lei de *concentração do segredo*, que Elias Canetti (1995: 296) define como «a *relação* entre o número daqueles por ele afetados e o número dos que o guardam», o segredo, obedecendo nisto à sua própria natureza, tem tendência para se tornar conhecido e, com a sua revelação ou publicitação, provocar o escândalo, o qual arrasta inexoravelmente os conjurados para a sua perdição. Com efeito, para Canetti (1995: 296), «todo o segredo é explosivo e se intensifica no seu próprio calor interno: o *juramento* que o sela é precisamente o ponto no qual ele se voltará a abrir».

Neste momento da nossa exposição, talvez se justificasse uma interrupção da análise do pensamento de Maquiavel a respeito das *conjur*as e se exigisse uma breve reflexão que desse conta da formação e da

16. «(...) come ei si sono alargatti in dua o in tre persone, ei truovono lo accusatore e rovinano»; «(...) da queste cagioni dello scoprire le congiure è impossibile guardarsi che, per malizia, per imprudenza o por leggerezza, la non si scuopra, qualunque volta i conscii d'essa passano il numero di tre o di quattro». Cf. Machiavelli (2011a: 208-209).

decomposição do instituto jurídico do *juramento* na política ocidental. Não é esta, no entanto, a ocasião, para o fazer. Resta-nos, por ora, contentarmo-nos com a pergunta: por que razão, afinal, o *juramento* que sela o segredo dos conjurados está, de um modo ou de outro, quase sempre fadado à traição?

No quinto e sexto parágrafos do seu texto, Maquiavel retoma a sua doutrina de que os perigos a que uma conjura inevitavelmente se expõe se decompõem em três momentos: *antes*, *durante* e *depois*. Na sua ótica, é extremamente raro, ou praticamente impossível (*é impossível, ou quase*), que se tenha sucesso em todos os três momentos.

Quanto aos perigos do *antes*, Maquiavel pensa que a conjura é normalmente descoberta ou por *delação* ou por *conjetura*. A delação será o perigo mais frequente, pois exige uma amizade entre os conjurados extremamente difícil de observar, já que o bem que um conjurado quer ou devota a um outro nunca é tão grande que a este lhe não pareçam maiores o perigo e o medo da punição: «Se medires a lealdade pelo descontentamento que alguém tenha contra o príncipe, poderás facilmente enganar-te, porque assim que revelares as tuas intenções a esse descontente, tu lhe darás razões para contentar-se, e então é preciso ou que o ódio ao príncipe seja muito grande ou que a tua autoridade seja ainda maior, para mantê-lo leal»¹⁷. Quanto à descoberta por *conjetura*, ela deve-se ao facto de os conjurados falarem indiscreta e imprudentemente sobre a conjuração e procede segundo os tradicionais métodos policiais de interrogatório e de confronto dos testemunhos dos suspeitos de conjura¹⁸. Consequentemente, Maquiavel não pode deixar de observar que «quando alguma [conjura] *permanece secreta* entre muitos homens, durante muito tempo, diz-se que é *por milagre*»¹⁹.

Para evitar ou impedir a *delação* de um ou de vários dos conjurados o melhor *remédio*, segundo Maquiavel, aliás o *único remédio*, é impedir

-
17. «Se misuri la fede della mala contentezza che uno abbia del principe, in questo tu te puoi facilmente ingannare: perché, subito che tu ai manifestato a quel male contento l'animo tuo, tu gli dà materia di contentarsi, e conviene bene, o che l'odio sia grande, o che l'autorità tua sia grandissima a mantenerlo in fede». Cf. Machiavelli (2011a: 209).
 18. O Santo Ofício português era exímio na extração de confissões, quer por *conjetura*, quer por *tortura psíquica*. A este respeito, leiam-se os relatos e comentários de Elias Lipiner (1999: 253-257) e de António Vieira (1951: 139-244).
 19. «Quando una è stata infra molti uomini segreta lungo tempo, è tenuta cosa miracolosa». Cf. Machiavelli (2011a: 209).

atempadamente o *arrependimento*²⁰ de qualquer deles e «não dar tempo para que os conjurados te delatem, comunicando-lhes a coisa quando a quiseses realizar, e não antes»²¹. Em *Histórias Florentinas* (II, 32) Maquiavel insiste neste ponto: «Assim como as escolhas perigosas, quanto mais são examinadas, com mais dificuldade se adotam», também «as conjuras, quanto mais tempo tardam para serem executadas, mais facilmente são descobertas»²².

Daqui decorre que quando confrontado com algum tipo de hesitação por parte de algum dos conjurados, o cérebro da conjura – porque, pela natureza assimétrica do *juramento*, há sempre um dos conjurados que detém o comando da operação – deva oportunamente encorajar os outros a fazer algo que eles não tenham tempo de recusar: «Portanto, nunca se deve contar a trama a ninguém, a não ser por necessidade e já na hora de executá-la; e, se quiseses contá-la, que o seja a uma só pessoa, com a qual tenhas longuíssimo trato ou que seja movida pelas mesmas razões que tu»²³.

Maquiavel insiste: se acaso for estritamente necessário comunicar a alguém a trama uns instantes antes da sua execução, «que o não seja a mais do que um, pois assim, embora haja mais perigo, este é bem menor do que se a comunicação for feita a muitos»²⁴.

20. «Nelémato, não podendo suportar a tirania de Aristotimo, tirano de Epiro, reuniu em sua casa muitos parentes e amigos e exortou-os a libertar a pátria; como alguns deles lhe pedissem tempo para deliberar e ordenar-se, Nelémato mandou os escravos trancar a casa e àqueles que ali havia chamado disse: *Ou juraís que ides agora executar esse plano, ou vos entrego a todos a Aristotimo*. Eles, convencidos por tais palavras, juraram e foram, sem mais delongas, executar com sucesso o plano [ordine] de Nelémato». «Nelemato, non potendo sopportare la tirannide di Aristotimo, tiranno di Epiro, ragunò in casa sua molti parenti ed amici, e, confortatogli a liberare la patria, alcuni di loro chiesono tempo a diliberarsi ed ordinarsi, donde Nelemato fece a' suoi servi serrare la casa, ed a quelli che esso aveva chiamati disse: *O voi giurerete di andare ora a fare questa esecuzione, o io vi darò tutti prigionieri ad Aristotimo*. Dalle quali parole mossi coloro, giurarono; ed andati, senza intermissione di tempo, felicemente l'ordine di Nelemato esequirono. Cf. Machiavelli (2011a: 210).

21. «(...) è non dare tempo ai congiurati di accusarti; e comunicare loro la cosa quando tu la vuoi fare, e non prima». Cf. Machiavelli (2011a: 210).

22. «Ma perché i partiti pericolosi quanto più se considerano tanto peggio volentieri se pigliano, interviene sempre che le congiure che danno spazio di tempo alla esecuzione si scuoprano» (Machiavelli, 2011b: 518).

23. «Debbesi, adunque, non comunicare mai la cosa se non necessitato ed in sul fatto; e se pure la vuoi comunicare, comunicarla ad uno solo, del quale abbia fatto lunghissima isperienza, o che sia mosso dalle medesime cagioni che tu». Cf. Machiavelli (2011a: 210-211).

24. «(...) quando pure la comunichi, non passare uno; dove, se è qualche più pericolo, ve n'è meno assai che comunicarla con molti». Cf. Machiavelli (2011a: 211).

Nos parágrafos 11-16 do nosso capítulo, Maquiavel ocupa-se com os *perigos da execução*. Não há nada de menos encorajador para os conjurados do que verem-se na situação de terem que *mudar o plano à última da hora*. Os perigos procedem aqui quer da falta de coragem, quer da imprudência dos próprios executores. Maquiavel demora-se, evidentemente, na conjura abortada dos Pazzi contra Lorenzo e Giuliano de Medici, que, ao ser descoberta, os fez «pagar pelo mal que *puderam* mas não *quiseram* cometer»²⁵. Conjuras falhadas são, portanto, as que não mataram quem *deveriam ter matado*. Precisamente por isso, aquele que lhes sobrevive, «sai delas com mais poder, e, muitas vezes, sendo bom, torna-se mau, pois estas lhe dão motivo para temor, e o temor, por sua vez, motivo para se precaver; e o precaver-se lhe dá motivo para injuriar, de onde nascem depois os ódios e muitas vezes a sua ruína. E se estas conjuras oprimem primeiro os que as movem, com o tempo, causam, de qualquer maneira, dano àquele contra quem são movidas»²⁶. Daí que Maquiavel possa afirmar: «Os príncipes não têm, portanto, maior inimigo do que a conjura: porque, uma vez a conjura feita contra eles, ou ela os mata ou os infama. Porque, se é bem sucedida, eles morrem; se é descoberta, e eles matam os conjurados, há de sempre acreditar-se que ela foi invenção desse príncipe, para saciar a sua ganância e crueldade com o sangue e o património daqueles que ele matou»²⁷.

Em seguida, Maquiavel detém-se na questão de a *execução do plano* poder ser interrompida por um *engano da imaginação* ou por um *acontecimento imprevisto* que ocorra no momento e que faça malograr a conspiração. Maquiavel argumenta que os *enganos da imaginação* são frequentíssimos: «Porque, se tens a consciência pesada, facilmente acreditas que se fala de ti. Podes ouvir uma palavra, dita com outro fim, que te faça perturbar o ânimo, acreditando que ela foi dita acerca

25. «(...) portarono pena di quello male che potettono e non vollono fare». Cf. Machiavelli (2011a: 213). Sobre este mesmo assunto, veja-se ainda Machiavelli (2011b: 664-673).

26. «(...) saglie in maggiore potenza, e molte volte, sendo buono, diventa cattivo; perché queste, con lo esempio loro, gli danno cagione de temere, il temere de assicurarsi, l'assicurarsi di ingiurare: donde ne nascono gli odii, di poi, e molte volte la sua rovina. E così queste congiure opprimono subito chi le muove, e quello contro a chi le son mosse in ogni modo con il tempo offendono» (Machiavelli, 2011b: 665).

27. «Non hanno, pertanto, i príncipe il maggiore nimico che la congiura: perché, fatta che è una congiura loro contra, o la gli ammazza, o la gli infama. Perché, se la riesce, e' muoiono; se la si scuopre, e quel príncipe, per isfogare l'avarizia e la crudeltà sua contro al sangue e la roba de quegli che egli ha morti» (Machiavelli, 2011a: 217).

do teu caso; podes, então, ou fugir e levar assim à descoberta da tua conjura, ou confundir a ação ao apressá-la fora de tempo. E isso ocorre tanto mais facilmente quando são muitos os conhecedores da conjura»²⁸.

Já no que diz respeito aos *acidentes*, dada a sua natureza caprichosa, não se lhes pode dar remédio. Na verdade, o que isto, no fundo, significa é que uma casuística da prudência, não obstante a sua potencial exaustividade, jamais poderá garantir a previsibilidade, e, consequentemente, o sucesso do ato. Também aqui imperam a contingência, a incerteza, os caprichos, enfim, da fortuna.

Finalmente, Maquiavel debruça-se sobre os perigos a que os conjurados se expõem *após a execução*. O maior dos perigos é que a pessoa assassinada tenha do seu lado a amizade do povo.

No derradeiro parágrafo do nosso capítulo, Maquiavel confessa finalmente ao leitor: «Apenas discorri sobre as conjuras que são executadas com o *ferro*, e não com o veneno»²⁹. Muito haveria a dizer sobre as conjuras que são executadas com o *veneno*. E não apenas daquelas que são executadas com o veneno entendido literalmente, mas, digamos assim, com toda a sorte de *venenos políticos*, entendidos na riqueza semântica que a palavra possui na língua grega: *phármakon* (veneno e remédio, ou droga benéfica). Não é este, no entanto, o momento para nos alongarmos sobre um assunto tão difícil quanto delicado.

À guisa de conclusão, restam-nos duas observações muito breves a respeito das *conjuras*. A primeira observação, antecipando a importância daquilo a que hoje porventura chamaríamos o «*timing* correto da transmissão da informação política», permite-nos afirmar que Maquiavel vê com bons olhos que o príncipe ou a república retardem a revelação pública de uma conjura para que desse calculado deferimento possam retirar o maior proveito político. Se este procedimento for de uso corrente, então o sistemático *atraso na receção da informação* de que uma determinada conjura ocorreu significará – no passado, como hoje – que quase sempre se torna útil – a um príncipe e a uma

28. Cf. Maquiavel, *Discursos*, p. 238. «Perché chi ha la sua coscienza macchiata, facilmente crede che si parla de lui: puossi sentire una parola, detta ad un altro fine, che ti faccia perturbare l'animo, e credere chi la sia detta sopra il caso tuo; e farti o con la fuga scoprire la congiura da te, o confondere l'azione con acceleralla fuori di tempo. E questo tanto più facilmente nasce, quando ei sono molti ad essere consci della congiura». Cf. Machiavelli (2011a: 214).

29. «(...) io ho ragionato di quelle [congiure] che si fanno com il ferro, e non col veneno». Cf. Machiavelli (2011a: 216).

república – encobrir, abafar, e mesmo destruir as provas, do *crime de lesa-majestade* que sobre eles pairou. A segunda observação, ao perguntar pela possibilidade de uma prudência política que permita *antecipar* e *prevenir* as *conjuras*, revela toda a complexidade do problema em análise. Nos termos de Maquiavel, toda a conjura, de um modo ou de outro, configura um modo particular e potencialmente perigoso de *mutazione dello stato*. Por conseguinte, na medida em que é a própria sobrevivência do Estado que está em jogo na conjura que lhe é feita, a *virtù* do príncipe está, por isso, submetida à mais rude das provas, uma vez que é precisamente em situações políticas concretas como as que ocorrem nas conjuras que ele deve ao mesmo tempo ser capaz de conservar o Estado (*mantenere lo stato*) e capaz de conservar a sua posição no Estado (*se mantenere nel suo stato*).

Com efeito, o caráter extraordinário, ou antes, aporético, da prudência política é que ela deva *prever o imprevisível*. A prudência é, por isso, *previdência* em primeiro lugar. É um *ver prévio* ou, em qualquer caso, um *ver antes* que os acontecimentos, com a força da necessidade, se precipitem. Só depois – quando se avaliam os efeitos dos atos praticados e se estabelecem regras técnicas para uma estratégia de confronto com o imprevisível – é que a *previdência*, inevitável sistematização de uma casuística, se torna *providência*. Mas a *prudência* como *providência antecipadora* tem severos limites. E esses limites mostram que é impossível uma prática da prevenção política das conjuras fundada apenas, ou mesmo fundada sobretudo, numa teoria política deduzida de exemplos históricos e casos concretos. Esta é uma lição – e ela não é pequena – que podemos retirar da análise das *conjuras* que Nicolau Maquiavel nos legou.

Bibliografia

- Alvarez, J.F. (2007). "Sobre la infecundidad técnica del golpe de Estado". *Empresas Políticas*, nº 8, pp. 93-95.
- Aristóteles (1998). *Política*. Lisboa: Edições Vega.
- Bok, S. (1986). *Secrets. On the Ethics of Concealment and Revelation*. Oxford: Oxford University Press.
- Borrelli, G. (1996). "La necessità della congiura nelle scritture italiane della Ragion di Stato". In: Y.M. Bercé & E.F. Guarini (dir.), *Complots et Conjurations Dans l'Europe Moderne*. Rome: École Française de Rome, pp. 81-91.

- Burckhardt, J. (1983). *A Civilização do Renascimento Italiano*. Lisboa: Editorial Presença.
- Canetti, Elias (1995). *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Guarini, E.F. (1996), "Congiuri «contro alla Patria» e congiuri «contro ad uno Principe» nell'opera de Niccolò Machiavelli". In: Y.M. Bercé & E.F. Guarini (dir.), *Complots et Conjurations Dans l'Europe Moderne*. Rome: École Française de Rome, pp. 9-53.
- Lipiner, E. (1999). *Terror e Linguagem. Um Dicionário da Santa Inquisição*. Lisboa: Editorial Contexto.
- Machiavelli, N. (2011a). "Discorsi Sopra la Prima Deca di Tito Livio". In: N. Machiavelli, *Tutte le Opere Storiche, Politiche e Letterarie*. Roma: Newton Compton Editori, pp. 56-268.
- Machiavelli, N. (2011b). "Istorie Fiorentine". In: N. Machiavelli, *Tutte le Opere Storiche, Politiche e Letterarie*. Roma: Newton Compton Editori, pp. 467-694.
- Maquiavel, N. (2008). *O Príncipe* (tradução do italiano, introdução e notas de Diogo Pires Aurélio). Lisboa: Círculo de Leitores/Temas & Debates.
- Naudé, G. (2004). *Considérations Politiques sur les Coups d'État*. Paris: Le Promeneur.
- Prodi, P. (1992). *Il Sacramento del Potere. Il Giuramento Politico Nella Storia Costituzionale dell'Occidente*. Bologna: Società Editrici Il Mulino.
- Rushdie, S. (2004). *Pisar o Risco. Colectânea de Textos 1992-2002*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Strauss, L. (1958). *Thoughts on Machiavelli*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Vieira, A. (1951). "Notícias recônditas do modo de proceder da Inquisição com os seus presos". In: A. Vieira, *Obras Escolhidas, vol. IV. Os Judeus e a Inquisição*, Lisboa: Livraria Sá da Costa, pp. 139-244.